



Número de docentes e alunos

Número mais baixo desde 1989

Em 2014, havia 141 250 professores desde o pré-escolar ao Secundário. É o número mais baixo desde 1989. Olhando para os dados disponíveis no Pordata, verifica-se que, de 2004 para 2014, houve uma redução de quase 40 mil docentes.

Mais de metade no 3.º Ciclo e Secundário

É no 3.º Ciclo e no Secundário que se concentra mais de metade dos professores (72 509). Na educação pré-escolar, há 16 143 educadores, no 1.º Ciclo há 28 214 docentes e, no 2.º Ciclo, 24 384, de acordo os mais recentes dados (2014) disponíveis no Pordata.



flash:

Marcelino Mota

Psicólogo clínico e investigador

“Aposentação é encarada como única saída para sofrimento”

Quais as principais causas do absentismo entre os professores?
Especialmente no Ensino Secundário, associam-se às morbilidades psicológicas provocadas por fatores, como a elevada carga horária, indisciplina, desmotivação e desrespeito dos alunos (muitas vezes, com o alheamento dos pais) ou a falta de apoio para lidar com estes fenómenos.

Quais os sintomas?
Ansiedade, stresse, fobias, depressão, exaustão física e psicológica, transtornos do sono e da alimentação, cefaleias, isolamento social, problemas familiares e dificuldades sexuais são as consequências mais frequentes e responsáveis pelo absentismo.

Como descreveria esses docentes numa sala de aula?
Um professor debilitado por transtornos psicológicos não consegue desempenhar as suas funções letivas com a qualidade desejável. Os comportamentos mais frequentes nem têm muito a ver com, por exemplo, falta de memória ou fuga de ideias nas aulas, embora por vezes aconteça, mas, essencialmente, com as perturbações de humor: tristeza na postura e discurso, baixo nível de resistência à frustração, ansiedade e intolerância ao ambiente da sala, incapacidade em gerir as tensões, por exemplo.

Há professores que colocam baixa até à aposentação ou quem antecipam a saída do sistema?
A aposentação surge sempre nestas situações como o desejo mais premente, porque é encarada como a única saída para o sofrimento.

Devia ser legalmente uma profissão de desgaste rápido?
A docência carece, por ser claramente uma profissão de elevado stress, de normas de aposentação que levem em conta o desgaste físico e psicológico da função.

Absentismo Diretores receiam que baixas estejam a aumentar e alertam para aulas perdidas devido à demora na substituição

Ministério não sabe quantos professores estão de baixa

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

► O Ministério da Educação (ME) não tem informação estatística sobre o absentismo de professores. Os salários são processados com as faltas, no entanto, atualmente não são compilados os dados sobre substituições de docentes nem sobre as aulas perdidas. Os dados relativos a faltas e baixas não são divulgados desde 2008 mas, confrontado pelo IN, admite que essa “análise estatística deve ser apurada”. Professores

e diretores admitem que as ausências prolongadas por doença podem estar a aumentar.

“O apuramento e consolidação de informação de qualidade e de valor comparável exige uma análise mais rigorosa ao final de cada ano letivo. Não nos podemos pronunciar pelas escolhas feitas pelo anterior Executivo relativamente à realização dessa análise, no entanto, consideramos que essa é uma análise estatística que deve ser apurada”, lê-se na resposta escrita, enviada por email, do gabi-

nete de Tiago Brandão Rodrigues

O absentismo por baixas prolongadas pode estar a aumentar e não há dados estatísticos que o confirmam ou desmintam. Os diretores garantem que as aulas perdidas por faltas ocasionais são compensadas por permutas entre os professores. O problema, explicam, é a demora na substituição que, no caso da Bolsa de Contratação de Escolas (BCE), pode chegar em média aos 21 dias. O Ministério garante que controla a assiduidade dos docentes. O problema é que os

números não permitem uma “leitura consolidada imediata”. De resto, insiste o ME, a gestão dos recursos é da competência das escolas e a administração central só intervém “nos processos de substituição relativos a baixas superiores a 30 dias”.

“Não conheço escola que não tenha um professor de baixa”, afirma Filinto Ramos Lima. As causas podem ser variadas, mas o stresse e o desgaste provocados pelo aumento do número de alunos, da indisciplina, do horário de trabalho, da idade de reforma e mudanças constantes na política educativa destacam-se entre as principais causas, defende o presidente da Associação Nacional de Diretores (Andaep). Na escola que dirige (Dr. Costa Matos, em Vila Nova de Gaia), por exemplo, duas docentes com mais de 50 anos meteram baixa após uma carreira quase sem faltas.

“É um grande problema: temos alunos sem professor, por o titular estar de baixa e não haver sistema célere de substituição”, sublinha o presidente do Conselho de Escolas, José Eduardo Lemos. “A demora é tanta que por vezes o professor contratado chega quase ao mesmo tempo que o titular e depois ficamos com os dois na escola, pelo menos um mês”, explica Manuel Pereira, presidente da Associação de Dirigentes Escolares e diretor do agrupamento de Cinfães. E se as escolas conseguem recuperar faltas pontuais, não há forma de compensar um mês sem aulas a uma disciplina, garantem diretores em uníssono. ●

1.º Ciclo perdeu metade dos alunos

O número de alunos cresceu de 1 873 559, em 1980, para 2 081 827, em 2014, com um pico de 2 435 665 em 2009. No 1.º Ciclo, houve uma redução de mais de metade dos alunos (de 927 852 para 424 284). O 2.º Ciclo perdeu 50 mil alunos nesse período.

De 13 mil para 385 mil em 50 anos

No 3.º Ciclo, o número de alunos passou de cem mil, em 1961, para mais de 300 mil, em 1980, e passou a barreira dos 400 mil em 1989 e os 440 mil em 1990. Em 2014, eram 383 mil. No Secundário, o aumento foi brutal: 13 mil em 1961 para 385 mil em 2014.

**100****vagas no próximo ano**

principalmente para as zonas de Lisboa e Norte, muitas das quais para educadores de infância e professores de Ensino Especial. Um número considerado insuficiente pela Associação Nacional de Professores Contratados.

25%**sofrem de depressão**

Entre 20 a 25% dos professores sofrem de stresse, ansiedade e depressão, revelou um estudo feito pelo ISPA, após um inquérito a mais de mil docentes de todo o país. Cerca de 30% estavam em burnout (exaustão).

Escolas usam permutas para compensar faltas

AULAS Os presidentes das associações de diretores e do Conselho de Escolas garantem: muitas são as escolas que compensam ou minimizam os efeitos das faltas pontuais através de sistemas de permutas ou aulas de compensação. Admitem, no entanto, que não há uma resposta uniformizada, nem tão pouco generalizada, por essas regras serem aplicadas por iniciativa dos seus diretores sem uma orientação centralizada do Ministério da Educação.

Na secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, em Valadares, por exemplo, o diretor Álvaro Almeida dos Santos criou nos horários dos alunos dois "buracos" para essas aulas de compensação.

"Fica definido no início do ano letivo com conhecimento dos pais. No horário de todos os alunos, às quartas-feiras à tarde, dois tempos letivos ficam vazios para aulas de compensação ou de apoio", explica. As aulas perdidas devido à demora na substituição de docentes

com baixas superiores a um mês "é que nunca se consegue recuperar na totalidade".

"O processo de substituição é muito demorado", resume Jorge Ascensão, presidente da Confederação de Pais (Confap), admitindo receber "queixas".

A Bolsa de Contratação de Escolas (BCE) – alvo da acusação de demora na substituição dos docentes vai terminar no próximo ano. O sistema é aplicado por 303 escolas com contrato de autonomia e Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). Nas restantes, o processo não demora em média 21 dias, garantem diretores. ●

Diretores culpam BCE, criada por Nuno Crato, pela demora nas substituições

Mais de 30 mil querem novas regras

PARLAMENTO A Fenprof defende um regime excecional e transitório de aposentação para os professores que permita a reforma sem cortes ao fim de 40 anos de serviço e descontos. A proposta sob a forma de petição recolheu mais de 30 mil assinaturas e está no Parlamento a aguardar agendamento.

O atual regime prevê para a aposentação, sem cortes na pensão, 40 anos de serviço e 66 de idade. Ora, muitos docentes, especialmente do 1.º Ciclo vão atingir os 66 de idade com 46 ou mais anos de serviço. "É uma violência", classifica Mário Nogueira.

O secretário-geral da Fenprof garante que o absentismo dos pro-

fessores é dos mais baixos da administração pública, mas receia que o número de baixas possa começar a subir por esta alteração na idade da reforma. "Os professores rebentam de exaustão", frisa, garantindo que o número de destacamentos por condição específica (doença) dispararam "para milhares".

A psicóloga Ivone Patrão, coordenadora do estudo sobre burnout entre professores, defende ao IN que os docentes encararam "como uma traição" a mudança das regras da aposentação. "Muitos estavam à beira da reforma e agora estão a mais de dez anos. É difícil de digerir uma mudança de regras a meio do jogo", argumenta. ●



Diretores ainda não sabem se alunos do 1.º, 3.º, 4.º e 6.º anos podem ir à escola nas horas em que haverá provas

Aferição sem datas marcadas

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

► As provas de aferição que vão ser feitas pelos alunos do 2.º e 5.º anos devem realizar-se na última semana de aulas. Ou seja, entre 6 e 9 de junho (quinta-feira) - dia em que termina o ano letivo para todos os anos que não fazem exames. Já os do 8.º devem fazer as provas durante o calendário de exames do 9.º, 11.º e 12.º anos, de 15 a 27 de junho.

Faltam dois dias para a interrupção letiva da Páscoa e o Ministério da Educação ainda não divulgou as datas exatas das provas que anunciou em janeiro. No entanto, quando divulgou o novo modelo de avaliação externa, Tiago Brandão Rodrigues esclareceu em que períodos essas provas seriam feitas. E a intenção mantém-se a mesma, apurou o IN. A revisão do decreto-

saber mais :**Rotatividade**

● Este ano as provas serão de Português e Matemática. As do 2.º ano, no entanto, terão uma componente de Estudo do Meio. A partir do próximo ano, haverá rotatividade, podendo incluir as Expressões (Educação Visual, Música e Educação Física).

Sem pautas

● As provas são obrigatórias e universais. Ao contrário dos exames, não contarão para a nota final dos alunos. Os resultados serão devolvidos às escolas para análise e aos encarregados de educação através de uma ficha individual de aluno, que terá informação detalhada sobre o desempenho e classificação.

lei da avaliação externa terá de ser aprovada em Conselho de Ministros e promulgada pelo presidente da República. "O modelo de avaliação e respetivo calendário de provas será apresentado em tempo oportuno à organização do trabalho pelas escolas", responde o gabinete do ministro. O objetivo é "alterar as dinâmicas de aprendizagem e de avaliação das escolas que estavam centradas nos conteúdos e nas disciplinas de exame, fazendo das aulas não mais do que momentos de treino para os exames".

As escolas, garantem os dirigentes das associações de diretores e presidente do Conselho de Escolas, estão "tranquilas". A preparação é logística. Este ano, os alunos do 1.º ciclo não irão deslocar-se às sedes do agrupamento, mas "é preciso definir o que fazer com os outros alunos nas horas das provas", explica Manuel Pereira (Ande).

Jorge Ascensão, presidente da Confederação Nacional de Pais, defende que as famílias estão a ficar preocupadas porque terão de marcar férias até final de março.

"O ideal era já sabermos, aliás desde setembro", ironizou José Eduardo Lemos. O presidente do Conselho de Escolas considera "um erro" a alteração ao modelo de avaliação ser aplicada este ano letivo. "A meio do campeonato não é correto mudar as regras", afirma Filinto Ramos Lima (Andaep). ●



ID: 63592632

16-03-2016

● Ministério da Educação não faz tratamento estatístico do absentismo nas escolas ● Salários processados com ausências, mas sem compilação de dados ● Diretores admitem que número de atestados tem vindo a subir p.4 e 5

Faltas e baixas de professores sem controlo